



# Forestis

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL



***O Fogo controlado como uma ferramenta de silvicultura***

- **Vida da Forestis**
- **Vida das Organizações Florestais**

EXPO FLORESTAL 2003



Albergaria-a-Velha, 11, 12 e 13 de Abril

Para mais informações consultar página 19

**Feira Internacional:** Semana Verde de Galicia – 26.ª Edição  
– A realizar entre 30 de Abril e 4 de Maio de 2003

**Formação Profissional 2003:** Técnicos (ver pág. 8)



**CDROM educativo já disponível para venda. Preços especiais para Instituições. Para o adquirir contacte-nos.**

VISITE O NOSSO SITE – [www.forestis.pt](http://www.forestis.pt)



# SUMÁRIO



Editorial	3
Vida da <i>Forestis</i>	4
Organizações Florestais sub-regionais	7

## FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 27 • Ano 6 • Março 2003

EDITADO POR: *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

R. DO CAMPO ALEGRE, 823 (IBMC), 4150-180 PORTO – TELF.: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 •

EMAIL: [forestis@mail.telepac.pt](mailto:forestis@mail.telepac.pt)

EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA: ZULMIRA CAMPELO E SÓNIA CARDOSO

NESTE NÚMERO COLABORARAM: J. MOREIRA DA SILVA, CARLOS LOUREIRO; PAULO FERNANDES, JORGE CUNHA, MARISA MARTINS, TERESA RAMOS DAS NEVES, PEDRO QUARESMA; GONÇALO ALVES; ANTÓNIO ALMEIDA; PAULO SILVA; CATARINA QUINTELA E LUÍS SARABANDO.

# EDITORIAL

## SOBRE FOGOS CONTROLADOS...

O fogo foi desde a pré-história, considerado pelo Homem, como uma ferramenta expedita que lhe permitia, facilmente, atingir os seus objectivos imediatos.

Mas qual aprendiz de feiticeiro, tornou-se agora num problema que se tem dificuldade em ultrapassar, principalmente em ecossistemas como o nosso, onde fortuitos ou não, dão origem a verdadeiras calamidades.

O Dr. Edwin Komarek, investigador da Tall Timbers Research Station, em Tallahassee, Florida,

dizia que os nossos antepassados só deveriam ser considerados como Homo Sapiens, quando aprenderam a utilizar o fogo, só para seu benefício na criação de habitat mais favoráveis às suas necessidades, alargando os seus espaços de caça e pastoreio ou para a cultura agrícola.

Ao longo de muitos séculos os ecossistemas vegetais, no seu conjunto, foram artificializados pela persistente intervenção humana, por acção ou omissão, tornando-os extremamente vulneráveis aos incêndios destruidores.

De facto o fogo foi, historicamente, sempre utilizado contra a floresta.

Há um provérbio finlandês que diz, com ironia, que embora o fogo seja um mau patrão, o tal das calamidades, pode ser um prestimoso criado, se tivermos especiais cautelas no seu manuseamento.

Estas cautelas começam por um profissionalismo que dê aos executantes um conhecimento correcto dos objectivos que se pretendem alcançar, da oportunidade temporal da utilização do fogo, da melhor técnica a ensaiar, da estratégia a seguir, da quantificação dos prejuízos previsíveis, área a percorrer, etc..

Segundo o meu ponto de vista, estes profissionais deverão ser recrutados no local da sua residência, ter uma formação florestal de base e uma



especialização de utilização do fogo de prevenção e na acção de combate de incêndios florestais, pois já não há dúvidas que este tem de ser inteiramente profissionalizado o que só se consegue, se os operários tiverem assegurada uma ocupação florestal permanente.

É aquele fogo de prevenção que chamamos fogo controlado.

Depois de se ter dado um passo, um pouco tímido, na criação dos chamados corpos de sapadores florestais, a FORESTIS, atenta ao grave problema

dos incêndios florestais e ao papel importante da utilização de fogos controlados no sub-bosque dos pinhais na região de Entre-Douro e Minho, que tanto sucesso tiveram na década de sessenta do passado século resolveu levar a cabo, em colaboração com a UTAD, dois cursos de formação para técnicos florestais, sob a supervisão da Direcção Geral das Florestas, para a certificação de profissionais especializados na execução de fogos controlados e na realização de cursos de formação de trabalhadores florestais.

Estando esta actividade dentro das funções previstas para os corpos de sapadores florestais ninguém tem dúvidas que o combate dos incêndios nos espaços florestais tem de ser inteiramente profissionalizado que só se consegue se os combatentes tiverem assegurada uma ocupação anual permanente, que a realização de fogos controlados ajudará.

O Associativismo presta assim mais um prestimoso serviço à floresta portuguesa, continuando a remar contra uma maré que sistematicamente se recusa a considerá-lo como um parceiro social e económico de méritos comprovados, mas com opiniões incómodas para os poderes públicos e interesses instalados.

J. Moreira da Silva (Eng.º)

# GESTÃO FLORESTAL

## A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DO FOGO CONTROLADO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO FLORESTAL

### O QUE É O FOGO CONTROLADO?

O fogo controlado apresenta-se como uma técnica de gestão da vegetação pela utilização do fogo, efectuado em condições ambientais bem definidas, que assenta em estudos científicos e obedece a normas e regras bem delimitadas, e possibilita atingir determinados objectivos, razão pela qual é também por vezes designado como fogo prescrito. Não deve pois ser confundido com o conceito de queimada.

A minimização da área percorrida anualmente por incêndios passa essencialmente pela manutenção de cargas de combustível florestal abaixo de níveis críticos. Este objectivo é possível pelo uso do fogo controlado, substituindo gradualmente o regime de incêndios destrutivos de Verão por um de queimas pouco intensas de Inverno.

Proteger a floresta e os recursos a ela associados dos efeitos devastadores dos incêndios constitui a primeira motivação para a utilização do fogo controlado, através da sua aplicação em áreas estratégicas.

A intensidade de um incêndio é proporcional à quantidade de biomassa disponível para arder e à sua velocidade de propagação. O fogo controlado actua sobre o primeiro factor, limitando consideravelmente o potencial energético e reduzindo a magnitude do comportamento do fogo, mas tam-

bém sobre o segundo, interrompendo a continuidade horizontal e vertical do combustível. Possibilita ainda uma melhor acessibilidade e permite o estabelecimento de pontos de apoio às acções de combate.

### PORQUÊ A SUA UTILIZAÇÃO

#### Aspectos ecológicos

O fogo teve um papel determinante no processo de selecção natural, promovendo as espécies mais resistentes e originando ambientes pirofíticos, constituídos por plantas que desenvolveram características de maior inflamabilidade. A evolução destas comunidades dependentes do fogo explica, em grande medida, a dimensão actual dos incêndios florestais, e a diversidade de comportamento dos vários tipos de comunidade vegetal perante o fogo.

As plantações de pinheiros são usualmente constituídas por espécies que toleram o fogo

de baixa intensidade. Contribuindo o fogo controlado para aumentar a diversidade em espécies e habitats, pode reduzir a vulnerabilidade intrínseca das plantações a pragas e a doenças e permitir usos que complementem a produção lenhosa. Acresce que uma floresta sob um regime de fogo controlado pode proporcionar uma estrutura paisagística com maior



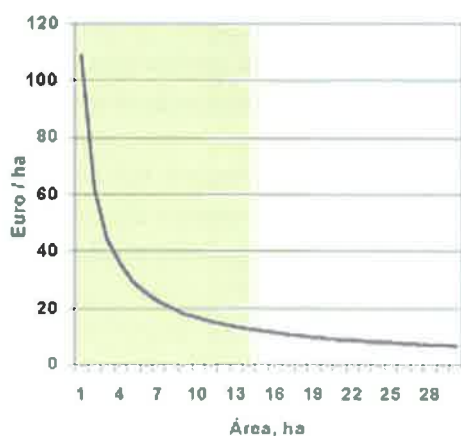
qualidade estética, madeira de melhor qualidade e um albergue para diversas espécies com interesse cinegético ou de conservação e que não podem subsistir em matas estritamente geridas de acordo com princípios silvícolas clássicos.

### Aspectos económicos

Em povoamentos para produção lenhosa a gestão do fogo pode e deve ser guiada por critérios económicos, seguindo a regra de que o custo de extinção e prevenção de incêndios não deve exceder o valor dos recursos a proteger. A probabilidade de ocorrência de fogo e o valor potencial do material lenhoso devem condicionar a afectação de recursos para protecção florestal.

Os sistemas agro-florestais mediterrânicos de uso múltiplo eram pouco vulneráveis ao fogo. As actividades humanas que tradicionalmente levavam ao consumo da biomassa foram interrompidas. Actualmente a gestão destes combustíveis do sub-bosque em povoamentos florestais apresenta-se como um problema cuja resolução encara obstáculos de índole social e económica. O fogo controlado pode desempenhar esse papel de redução da massa arbustiva e, assim, diminuir o perigo de incêndio. A sua eficiência em povoamentos florestais depende da articulação com as operações de desrama e desbaste.

Comparativamente com outras técnicas alternativas de redução de combustíveis, o fogo controlado apresentam vantagens significativas, nomeadamente, na relação custos/benefícios. Os custos são inversamente proporcionais à área da parcela a queimar e são proibitivos em parcelas com menos de 0,5 hectares. É pois importante na fase de planeamento um correcto delineamento das áreas de queima e condições de prescrição.



**Figura 1** – Relação entre os custos de mão-de-obra no fogo controlado e a área da parcela de queima.

É importante que quando é tomada a decisão de queimar determinada parcela, as condições físicas e meteorológicas sejam adequadas aos objectivos previamente estabelecidos. Uma mobilização de recursos a envolver numa operação que falha, devido por exemplo a condições meteorológicas inadequadas, acarreta um acréscimo significativo nos custos da queima dessa parcela.

### Aspectos técnicos

A sua utilização deve ter como base planos, elaborados por pessoal técnico credenciado, que asseguram um controle da prescrição. O planeamento do fogo controlado é fundamental para que a execução da queima decorra com segurança, para que os parâmetros da prescrição sejam respeitados e para minimizar eventuais problemas.

Para que o fogo controlado tenha êxito, este planeamento deve ser baseado em objectivos de gestão dos recursos e do território, objectivos específicos de tratamento para a unidade de gestão e nas características físicas e biológicas do local. O estabelecimento de objectivos a atingir possibilita o controle dos efeitos do fogo e da sua eficiência.

### COMO UTILIZAR O FOGO CONTROLADO

A utilização do fogo controlado é possível em praticamente todos os tipos de vegetação existentes no nosso país, embora alguns possam apresentar algumas limitações que devem ser ponderadas pelo técnico responsável pela prescrição. Actualmente o fogo controlado é geralmente utilizado na gestão de povoamentos de pinheiro bravo e em áreas de matos (carqueja, urzes e tojos).

A sua utilização está por vezes condicionada pela idade dos povoamentos florestais e características da parcela (como declive). A época de aplicação é relativamente limitada pelas condições meteorológicas que abrangem os requisitos da queima, indo geralmente do Outono até ao início da Primavera.

Qualquer entidade, proprietários ou produtores agrícolas, pecuários ou florestais ou as suas formas organizativas, empresas, organismos da administração central e local, que detêm os respectivos direitos sobre a propriedade, ou visem

nos seus estatutos a defesa da floresta contra incêndios florestais, pode propor a utilização da técnica na gestão de áreas florestais, junto das entidades competentes.

A autorização de aplicação está sujeita à avaliação de um plano de fogo controlado, da responsabilidade de um técnico credenciado, indivíduo habilitado a elaborar planos de uso do fogo controlado, a preparar e a dirigir a execução da operação, bem como a avaliar os resultados da operação.

A realização de queimas que constam de planos aprovados devem ser efectuadas com o apoio de uma equipa, constituída por um mínimo de 3 elementos devidamente treinados e equipados, apoiada por uma viatura disposta de meios de supressão do fogo adequados a uma 1.<sup>a</sup> intervenção, bem como de meios de comunicação, dirigida pelo técnico responsável, de acordo com planos de queima individuais, ao nível da parcela.

Neste plano o técnico indica o intervalo de condições aceitável para o cumprimento dos objectivos previamente definidos, os recursos humanos e materiais necessários, atribui um nível de dificuldade à queima e regista os dados recolhidos durante a sua execução e posterior avaliação.

#### PERSPECTIVAS DE FUTURO NA SUA UTILIZAÇÃO

O fogo controlado é há longos anos usado em grande escala na América do Norte e Austrália. Na Europa mediterrânica a sua aceitação tem sido tímida, devido a factores sociais e políticos. O fogo controlado no sul da Europa começa no entanto a adquirir alguma expressão territorial na Galiza, Catalunha e, principalmente, na França. Diversos projectos de investigação comunitários, envolvendo Portugal e outros países do Mediterrâneo (Espanha, França, Itália e Grécia), têm vindo a ser implementados, havendo hoje melhores condições para a divulgação do uso do fogo e a formação técnica para a sua aplicação de forma extensiva.

Apesar de contempladas e sancionadas as situações de prática indiscriminada e negligente de queimadas sem apoio técnico, estas continuam a estar na origem de graves situações de descontrolo e a deflagração de incêndios. Desde o início dos anos 80 foi legislado no sentido de providenciar quanto à prevenção dos incêndios florestais, regulamentar e estabelecer sanções em caso de uso ilegal do fogo. Porque o uso do fogo em queimadas se distingue da técnica planeada de prescrição da utilização do fogo, de forma controlada, importa separar estes dois conceitos.

Este aspecto vem salientar a necessidade de providenciar capacidade técnica na utilização do fogo controlado, como um factor de primordial importância para o seu uso operacional. A metodologia de criação destas competências compreende diversas fases de qualificação e formação no uso da técnica, culminando na constituição de equipas treinadas e capacitadas para a utilização do fogo controlado em segurança e cumprindo objectivos específicos.

O processo implica a formação de técnicos florestais credenciados, que terão a tarefa de coordenar as equipas especializadas no uso do fogo controlado, nomeadamente as equipas de sapedores florestais, a quem são acometidas acções preventivas, que contemplam a gestão dos combustíveis através de diversas técnicas entre as quais o uso do fogo controlado, e culmina com a credenciação pela Direcção Geral das Florestas, entidade responsável pela certificação dos técnicos, de acordo com a lei.

Uma vez preparados os técnicos com competências para a utilização desta técnica, caberá às entidades proponentes recorrer à sua utilização, e tirar daí todas as vantagens de uma técnica que é já reconhecida como capaz de constituir uma poderosa ferramenta de gestão florestal na luta contra o flagelo dos incêndios de Verão – **“O fogo contra o fogo”**.

*Carlos Loureiro e Paulo Fernandes*  
**Departamento Florestal, UTAD.**

# VIDA DA *Forestis*

## **REUNIÃO COM O GESTOR DO PROGRAMA AGRO**

Com o intuito de se abordarem temas como atrasos na decisão dos projectos da Medida 3 (Desenvolvimento Sustentável das Florestas), acção 3.1 (Apoio à Silvicultura) e 3.2 (Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola) do programa AGRO, atrasos nos pagamentos da sub-acção 3.1 (Apoio às Instalações das Organizações Florestais) da medida Agris bem como o desconhecimento da situação das candidaturas à sub-acção 3.3 da Medida Agris, foi realizada uma reunião com o Eng.º Tito Rosas, Gestor do AGRO no mês de Dezembro do ano transato.

## **REUNIÃO COM O DIRECTOR GERAL DAS FLORESTAS**

Em Dezembro do ano 2002 foi realizada uma reunião com o Director Geral das Florestas, para abordar aspectos gerais da política a ser seguida pela actual Direcção Geral destacando-se como o ponto mais aprofundado pela sua presença na resolução, o programa dos Sapadores Florestais.

## **REUNIÃO COM O COORDENADOR NACIONAL DA CNEFF**

Os temas abordados com o Coordenador Nacional da CNEFF, numa reunião em Dezembro de 2002 foram: os atrasos nos pagamentos às equipas de sapadores, decisão quanto às novas equipas que estão condicionadas pela autorização da compra das viaturas, alterações nos custos elegíveis das equipas, gestão dos sapadores através de uma única entidade Ministerial bem como a continuação do protocolo Forestis e Associações.

## **SESSÕES DE ESCLARECIMENTO/FORMAÇÃO SOBRE SAPADORES FLORESTAIS**

No âmbito do protocolo Forestis/CNEFF/Organi-

zações Florestais foram realizadas 2 sessões de Esclarecimento/Formação sobre Planos e Relatórios das Equipas de Sapadores Florestais, nas seguintes datas: 17-12-2002 e 13-01-2003.

A primeira foi na sede da Forestis e envolveu as Organizações Florestais que pertencem às DRA's de Entre Douro e Minho e Beira Litoral, os Coordenadores Regionais - Eng.º Silvino Sousa e o Eng.º Sebastião Alves- bem como um técnico de acompanhamento das equipas na região de Entre Douro e Minho- Eng.º Paulo Mateus. A segunda sessão por sua vez contou com a participação das Organizações Florestais que pertencem às DRA's de Trás-os-Montes e Beira Interior, os Coordenadores Regionais- Eng.º Carlos Silva e o Eng.º Henrique Machado- bem como o técnico de acompanhamento das equipas na região de Trás-os-Montes- Eng.º Matos.

A coordenadora para a constituição e funcionamento das equipas (Eng.ª Manuela Pedroso) e a Coordenadora para a Formação (Eng.ª Lucília Mota) estiveram presentes em ambas as sessões.

Na pretensão de se atingirem os seguintes objectivos: balanço das actividades das equipas de sapadores; elevar a qualidade dos planos e relatórios de forma a melhorar a contribuição das equipas dos sapadores; troca de experiência entre as organizações detentoras de equipas de sapadores florestais; reflectir sobre o programa dos sapadores florestais foi determinada a seguinte ordem de trabalhos: tipificação das acções; balanço das actividades das equipas e a definição de critérios de avaliação de desempenho das equipas.

## **CERTIFICAÇÃO FLORESTAL**

Os desenvolvimentos ao nível do Conselho da Fileira Florestal Português (CFFP) e da Comissão Técnica 145, têm contribuído para avançar no longo caminho que ainda falta percorrer, para que exista floresta certificada com base na Norma Portuguesa de Gestão Florestal Sustentável, norma essa que segue os critérios pan-europeus.

A CT145, através da subcomissão 06, actualmente coordenada pela Forestis, está de momento empenhada no desenvolvimento das bases para o processo de certificação regional, processo esse que poderá ter um papel extremamente importante para as diversas regiões, por forma a fazer face a este desafio que temos que enfrentar.

### PROJECTO "SISTEMA DE INFORMAÇÃO FLORESTAL PARA A REGIÃO NORTE"

Foi realizada no passado dia 15 de Janeiro, a 2ª reunião da Comissão de Acompanhamento do projecto "Sistema de Informação Florestal para a Região Norte", agora em fase de conclusão. O principal resultado desta reunião foi a necessidade de criação e implementação de um Sistema de Informação Florestal e de um sistema de um inventário florestal contínuo, a nível nacional, que

seria um dos alimentadores do sistema. Para o efeito, ficou decidida a elaboração de um documento conjunto, subscrito pelas várias entidades que fazem parte desta comissão (AIMMP, CELPA, DRAEDM, DRATM e UTAD), a ser entregue aos responsáveis da administração pública, expressando exactamente essa vontade.

### FORMAÇÃO PARA TÉCNICOS – 2003

A Forestis conhecendo a realidade da Floresta Portuguesa, procura sempre, quer através de reuniões mensais com os técnicos de todas as Organizações de Produtores Florestais filiadas, quer através de acções de Formação Profissional, promover o intercâmbio de informações, função e novas tecnologias.

Neste sentido, e de acordo com as necessidades dos Técnicos Florestais irão realizar-se os seguintes cursos:

Curso	Datas de início e fim	Cronograma	Tipo de Curso	Local
Gestão Cinegética	01-04-03 a 17-04-03	8, 9, 10, 21, 22, 23 e 24 de Abril	Laboral	Vairão / Vila do Conde
Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica(SIG) e ao ArcView 3.2	16-06-03 a 16-07-03	3, 4, 5, 25, 26 e 27 de Junho; 2, 3 e 4 de Julho	Laboral	Vairão / Vila do Conde
Infra-estruturas	16-09-03 a 16-10-03	16, 17, 18 e 30 de Setembro; 1, 2, 3, 14, 15 e 16 de Outubro	Laboral	Coimbra
Fogos Controlados	27-09-03 a 19-12-03	29 e 30 de Setembro; 1, 2 e 3 de Outubro; 20, 21, 22, 23 e 24 de Outubro; 3, 4, 5, 6 e 7 de Novembro	Laboral	Vairão / Centro de Cerveiro COTF

# VIDA DAS ORGANIZAÇÕES

## CELFOR

### CRIAÇÃO DO NÚCLEO PINHEL - TRANCOSO

A CELFLOR iniciou, mais uma vez, um novo ciclo da sua vida associativa, criando um Núcleo da Associação em Pinhel.

Pretendemos com este, incrementar o Associativismo Florestal numa zona onde, fruto da sua localização periférica em relação à sede da Associação, a sua representatividade ainda é baixa.

É mais um desafio, desta vez de grande dimensão mas, estamos convictos de que com muito trabalho e empenho será vencido.

Este Núcleo tem sede em Pinhel mas, em termos de área social abrange também o concelho de Trancoso.

A sua criação teve como principais objectivos:

- melhorar a eficácia do apoio técnico nestes concelhos;

- aumentar o número de associados nestes concelhos;
- aumentar a área florestal e melhorar a gestão da existente.

Tendo sido apresentada e aprovada uma candidatura à Acção 3.1 da Medida AGRIS, para apoio à sua instalação, o Núcleo conta neste primeiro ano, ao nível de recursos humanos, com um Técnico Florestal, estando previstos, para os restantes 4 anos, mais um Técnico Florestal e um administrativo.

Marisa Martins

CELFOR



## PORTUCALEA

### ANÁLISES E DEBATE DA VIª JORNADA TÉCNICA

#### **“Os sapadores florestais na floresta urbana do Porto”**

A IVª Jornada Técnica da Portucalea realizou-se no dia 15 de Novembro de 2002, no Centro Cultural de Alfena, em Valongo, sob o tema “Os sapadores florestais na floresta Periurbana do Porto”.

Nesta Jornada estiveram presentes o Governador Civil do Porto, Dr. Manuel Maria Moreira, a DGF na pessoa da Eng.ª Manuela Pedroso, a DRAEDM na pessoa do Eng.º José Luís Gonçalves, a Forestis na pessoa da Eng.ª Zulmira Campelo, o Município de Valongo representado pela Dra. Clara Poças, a Aliança Florestal na pessoa do Eng.º Fernando Santos Silva, a Associação Florestal do Vale do Sousa na pessoa da Eng.ª Amália Neto, a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega na pessoa do Eng.º António Neto, sócios da Portucalea, técnicos do sector florestal e as equipas de sapadores florestais da Portucalea.

#### **ANÁLISES**

Das apresentações presentes no evento salientamos a análise desenvolvida pela DRAEDM e apresentada pelo Eng.º Paulo Mateus, da qual apresentamos um resumo:

A floresta do Grande Porto é periurbana, i.e., manchas florestais que rodeiam ou são rodeadas por áreas urbanas e atravessadas por uma rede viária densa quer municipal quer florestal e para além desta situação a propriedade é de minifúndio. A floresta é utilizada com elevada frequência como depósito ilegal de lixos, ao qual é ateadado o fogo para a sua eliminação, sendo esta uma das causas de ignição dos incêndios.

O trabalho a desenvolver pelas equipas de sapadores florestais nesta floresta deverá ser na beneficiação das infraestruturas florestais associada a uma silvicultura preventiva por faixas, com uma aposta muito grande na sensibilização das populações e na vigilância florestal na época considerada de grande risco de incêndios. O Eng.º

Paulo Mateus colocou a questão dos trabalhos desenvolvidos pelos sapadores florestais como serviço de utilidade pública.

As Associações de Vale do Sousa, Entre Douro e Tâmega e Portucalea apresentaram os seus modelos de gestão, quer a nível de trabalho, quer a nível de gestão financeira, das equipas de sapadores. Foram assim apresentados três exemplos:

**Associação Florestal do Vale do Sousa** – Gestão autónoma – a área de intervenção é a área da Associação, o objectivo principal é a silvicultura preventiva nas áreas dos sócios e sensibilização das populações. Os 25% de autofinanciamento são suportados pela prestação de serviços efectuados pela equipa de sapadores florestais.

**Portucalea** – Gestão em parceria com a Câmara Municipal – a área de intervenção da equipa é o concelho, tendo como objectivos principais a beneficiação das infraestruturas florestais, a silvicultura preventiva por faixas e a sensibilização da população. Neste caso o plano de actividades e a coordenação dos trabalhos é efectuada em conjunto com o município. O município apoia financeiramente a equipa através da comparticipação dos 25% de autofinanciamento.

**Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega** – Gestão mista, a equipa é gerida uma parte do ano em parceria com um Município, a outra parte do ano é gestão autónoma – neste caso os objectivos variam consoante o tipo de gestão, em parceria a aposta é a vigilância florestal e beneficiação de infra-estruturas, em gestão autónoma é a silvicultura preventiva nas áreas dos sócios e sensibilização das populações. O município apoia financeiramente a equipa através da comparticipação de uma percentagem dos 25% de autofinanciamento, sendo o restante suportado pela prestação de serviços efectuados pela equipa de sapadores florestais.

## DEBATE

Na mesa redonda foi debatida a importância dos sapadores florestais e as dificuldades que as associações enfrentam para conseguirem gerir e manter em funcionamento as suas equipas.

O Governador Civil do Porto, Dr. Manuel Maria Moreira, valorizou o trabalho desenvolvido pelas equipas de sapadores e salientou a importância do seu trabalho na prevenção florestal.

O Eng.<sup>o</sup> José Luís Gonçalves, DRAEDM, salien-

tou como prioridade a sensibilização das populações para a prevenção florestal e o Eng.<sup>o</sup> Paulo Mateus referiu a importância de se considerar o trabalho desenvolvido pelos sapadores florestais como de utilidade pública.

A Eng.<sup>a</sup> Zulmira Campelo, Forestis, pôs na mesa alguns dos problemas com que se deparam as Associações para gerir as equipas de sapadores florestais: os atrasos nos pagamentos dos apoios financeiros às equipas, obrigando as associações a suportarem na totalidade as despesas com os recursos humanos; o facto de existirem despesas não passíveis de serem apoiadas financeiramente como a manutenção e substituição do equipamento de trabalho, o combustível (levantou-se aqui a questão da possibilidade de utilização de gásóleo verde) e a coordenação da equipa; o material de intercomunicação adjudicado às equipas, telemóvel, não ser o mais correcto, dado que não há cobertura total de rede nas suas áreas de trabalho.

A Dra. Clara Poças, C. M. Valongo, apresentou o trabalho desenvolvido nas Serras de St.<sup>a</sup> Justa, Paias e Castiçal e o protocolo desenvolvido com a Portucalea para a criação de uma equipa de sapadores florestais no concelho de Valongo, equipa esta já aprovada pela DGF, carecendo apenas de autorização para ser constituída, neste ponto a Dra. Clara Poças pediu informações sobre a realidade concreta desta equipa à DGF. A Eng.<sup>a</sup> Manuela Pedroso, DGF, informou que as equipas aprovadas na 2<sup>a</sup> fase em 2002, como é o caso da equipa de Valongo, estão condicionadas à autorização de compra das viaturas todo o terreno adjudicadas a cada equipa, no momento a Direcção Geral do Património condiciona a sua compra, a constituição da equipa só será autorizada quando esta condicionante deixar de existir.

Como consenso geral destas IV<sup>a</sup> Jornadas podemos enumerar os seguintes pontos:

– Em áreas florestais como a do Grande Porto, o trabalho desenvolvido pelos sapadores deve ter uma vertente muito acentuada na sensibilização das populações para a prevenção florestal, a vigilância das áreas florestais nas épocas de fogos é necessária e em paralelo com o trabalho desenvolvido pelos sapadores florestais deve existir uma forte fiscalização para controlo dos depósitos de lixo;

– O trabalho dos sapadores florestais deveria ser considerado de utilidade pública;

- Os proprietários que realizassem benfeitorias nas suas áreas florestais deveriam de beneficiar de benefícios fiscais no ano seguinte; e,
- O plano Sapadores Florestais deveria estar adjudicado somente a uma entidade de gestão;

- Pagamentos dos apoios financeiros devem ser realizados conforme o protocolado, i.e., atempadamente, de forma a alcançar uma melhoria considerável na gestão destas equipas.

**A técnica:** Teresa Ramos das Neves



## ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E VOUGA

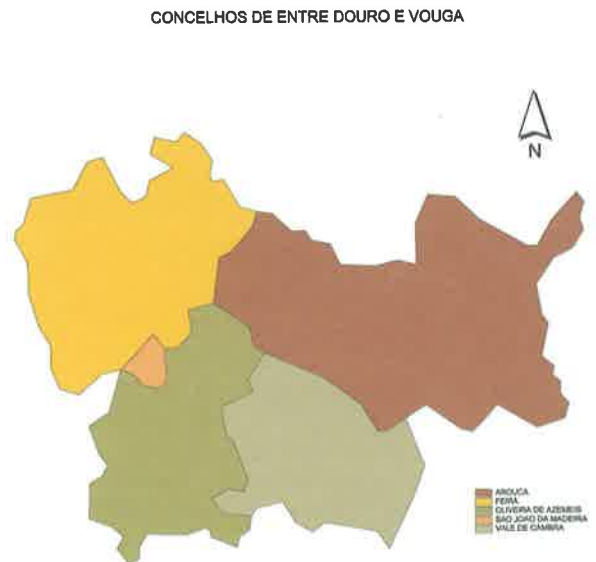
### PROJECTO “PREVENÇÃO E DEFESA DA FLORESTA DE ENTRE DOURO E VOUGA”

A floresta na região de Entre Douro e Vouga tem uma importância crucial na manutenção dos valores ecológicos, económicos e sociais. No entanto, sofre enormes pressões de outras actividades humanas (indústrias, lixeiras, actividades agrícolas, de lazer, etc.), que cada vez mais se embrenham nas áreas florestais e que contribuem para uma mudança dos valores em causa aquando da deflagração de um incêndio florestal.

Assim, pretendeu-se avaliar a situação da área florestal, fazer-se um levantamento das infra-estruturas florestais existentes, cartografar a ocupação do solo e risco de incêndio, bem como apresentar propostas para uma melhoria da situação florestal. Também ao nível educativo se realizaram acções de educação ambiental com vários grupos escolares.

A região de Entre Douro e Vouga é constituída por 5 concelhos: Arouca, Vale de Cambra, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e São João da

Madeira, perfazendo uma área total de 85 917 hectares, dos quais 49 760 hectares estão ocupados por floresta.



**Figura 2** – Concelhos da NUT III de Entre Douro e Vouga

A área florestal é composta maioritariamente por povoamentos florestais puros de eucalipto ou em consociação com pinheiro bravo. O concelho de Arouca apresenta a maior percentagem de ocupação de povoamentos puros de eucalipto, com cerca de 47,5 % da área florestal total. Se a esta superfície adicionarmos a área de povoamentos mistos, mas em que o eucalipto é a espécie dominante, verifica-se que a percentagem de ocupação é de 60,2 % (Quadro 1).

Relativamente à rede viária verifica-se uma clara diferença entre os concelhos mais “urbanos”, como São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, e os concelhos mais “rurais”, como sejam Arouca e Vale de Cambra. Assim, verificou-se, no que concerne aos caminhos florestais, quão urgente se torna investir na sua manutenção ao invés de se enveredar por uma construção desenfreada destas infraestruturas (Quadro 2).

Foram identificados e geo-referenciados inúmeros pontos de água (tanques, bocas de incêndio, charcas, lagoas, albufeiras, rios e piscinas), que desempenham um importante papel no apoio aos



meios de combate, apesar de na época estival, não raras vezes se encontrarem vazios, dada a natureza da sua propriedade.

Para a região de Entre Douro e Vouga foi determinado o risco de incêndio, com no método desenvolvido por alas e Chuvieco (1992).

Deste modo, e para Vale de Cambra, as zonas mais problemáticas situam-se na parte nordeste e nas zonas mais altas do centro do concelho.

No caso de Arouca, verificou-se que as áreas que representam maior risco de incêndio coinci-

	Área Total (ha) a	Área Florestal (ha) b	Incultos (ha) c	Taxa de arborização b/a em %
Arouca	32799	19731	7091	60,2
Santa Maria da Feira	21345	11062	105	51,8
Oliveira de Azeméis	16341	9889	137	60,5
S. João da Madeira	811	133	7	16,4
Vale de Cambra	14621	8945	1621	61,2
Entre Douro e Vouga	85917	49760	8961	57,9
NUT Entre Douro e Vouga	85917	49760	8961	57,9
Região Norte (DGF)	2 129 022	563 185	572 232	26,4

**Quadro 1** – A Floresta de Entre Douro e Vouga – Situação actual

Fonte: AFEDV, 2001

Concelhos	Área (ha)	Extensão da Rede Viária			Densidade de Rede Viária		
		Estradas (Km)	Caminhos (Km)	Total (Km)	Estradas (m/ha)	Caminhos (m/ha)	Total (m/ha)
Arouca	32799	511	1623	2134	16	49	65
Santa Maria da Feira	21345	1316	514	1830	62	24	86
Oliveira de Azeméis	16341	717	603	1320	44	37	81
São João da Madeira	811	94	8	102	116	10	126
Vale de Cambra	14621	389	429	818	27	29	56
Total/Média Entre Douro e Vouga	85 917	3027	3177	6204	35	37	72

**Quadro 2** - Rede viária de Entre Douro e Vouga

Fonte: AFEDV, 2001

dem, grosso modo, com eucaliptais e povoamentos mistos de eucalipto e pinheiro bravo, conjuntamente com declives muito elevados e uma rede de caminhos florestais inadequada.

A Serra da Escaíba, no concelho de Oliveira de Azeméis, representa outra das áreas sensíveis aos fogos florestais, devido aos povoamentos puros e contínuos de eucalipto conjugados com uma orografia acidentada e uma deficiente rede viária.

Em Santa Maria da Feira, a freguesia de Canedo apresenta características de elevado risco para a deflagração de fogos florestais.

Tendo em atenção todos os factores supracitados, torna-se evidente que os esforços de valorização dos espaços florestais existentes só serão válidos, úteis e economicamente rendáveis, se e só se as áreas a beneficiar estiverem protegidas e defendidas dos fogos florestais.

A propriedade florestal de Entre Douro e Vouga, a sua estrutura fundiária, é muito parcelada e normalmente de pequena dimensão. Deste modo, a defesa do fogo não pode ser encarada como um esforço de um só proprietário, mas sim, deve movimentar todos os proprietários florestais. Neste âmbito, será de realçar os benefícios do associativismo, que também no campo da defesa conjunta contra os fogos florestais pode dar frutos.

Assim, torna-se evidente que a formação e a informação dos proprietários florestais quanto às medidas adequadas para a diminuição dos fogos só fluirá quando os mesmos tomarem consciência da importância e dos benefícios de se associarem.

É nesta perspectiva que cada um de nós se deve tornar defensor de uma floresta de uso múltiplo, na qual coexistam várias actividades e onde o fogo seja uma medida de gestão e não uma forma de destruição.

*Pedro Quaresma*

**Associação Florestal Entre Douro e Vouga**



**VERDE LAFÕES – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS**  
**VERDE LAFÕES**  
**UMA ASSOCIAÇÃO FLORESTAL PARA A REGIÃO DE LAFÕES**

Inserida e disposta a actuar na região de Lafões, região esta predominantemente florestal e constituída pelos concelhos de Vouzela, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul, a Verde Lafões – Associação de Produtores Florestais foi constituída como tal no dia 21 de Março de 2001 com os seguintes Órgãos Sociais:

**Assembleia Geral:**

- Presidente – Dr. António Pereira Bica
- 1º Secretário – Dr. Arsénio Saraiva Martins
- 2º Secretário – Prof. Joaquim da Silva Mendes

**Conselho Fiscal:**

- Presidente – António Pereira do Bento

- Vogal – Aníbal Teixeira
- Vogal – Celestino Augusto de Almeida
- Suplente – Celso Barreira Rodrigues
- Suplente – Afonso Pereira Fontes

**Direcção:**

- Presidente – Eng. António Manuel da Silva Aidos
  - Vice-Presidente – António dos Santos Ferreira
  - Tesoureiro – Agostinho Carvalho Neves
  - Secretário – Alberto Carvalho Correia
  - Vogal – Celestino de Jesus Vaz
  - Vogal – Vladimiro António Silva
  - Vogal – Ramiro de Almeida
- Os trabalhos desta associação, com sede em

Vouzela, começaram oficialmente em 1 de Março de 2002.

Por trás do aparecimento da Verde Lafões, esteve a necessidade de reformular o conceito de Floresta junto dos proprietários florestais da região, bem como o fomentar da actividade florestal num momento crucial como este, enquanto vigorem os incentivos do 3º QCA. É nossa convicção que a tarefa a que nos propusemos se afigura difícil e nem sempre de resultados imediatos, característica intrínseca à própria actividade florestal.

Convém, nesta altura, fazer uma recapitulação dos problemas da floresta que, sob pena de se tornarem repetitivos e enfadonhos, por tantas vezes se abordarem em artigos e compêndios florestais, nunca é demais lembrá-los, pois afectam não só a região de Lafões mas também a maioria do território nacional. Assim, na nossa região, a floresta está a ser conduzida, fruto do forte êxodo rural, em regime de semi-abandono. As propriedades são de pequena dimensão, isto é, mais de 90% do total das explorações têm uma área inferior a 5 ha e o número de parcelas por exploração é superior a cinco. A isto, acresce a ausência de registos na matriz predial, o desconhecimento dos limites da propriedade por parte dos proprietários, a idade avançada destes, bem como o seu baixo nível de formação profissional. Por outro lado, todos os anos os incêndios devastam grandes áreas florestais, causando prejuízos significativos e amedrontando os proprietários a avançar com novos investimentos. Esta conjuntura constitui, assim, um grave entrave ao nível da gestão e da exploração florestal.

Face a estas limitações, a região de Lafões deve seguir o rumo do associativismo e repensar

a actividade florestal. Neste sentido, a Verde Lafões actua e pretende actuar em várias frentes:

- Elaboração e acompanhamento de projectos florestais individuais e em agrupamentos, tendo a consciência que estes últimos, embora de difícil execução, representam uma mais valia para o ordenamento do espaço florestal;
- Extensão florestal, com a convicção de que se trata da mais poderosa ferramenta para a melhoria das práticas e mentalidades em relação à floresta;
- Formação profissional, partindo do princípio que esta deve responder às verdadeiras necessidades dos proprietários florestais;
- Levantamentos de áreas com recurso ao sistema GPS, dando a conhecer ao proprietário a verdadeira dimensão das suas propriedades;
- Avaliação do material lenhoso, dando a conhecer ao proprietário o valor real dos seus povoamentos.
- Criação de uma equipa de Sapadores Florestais, pois estes podem prestar um grande contributo na prevenção dos fogos e na manutenção dos povoamentos florestais.

Foi também com grande expectativa que aderimos à Forestis, pois acreditamos que unidas, as associações florestais poderão ver concretizadas muitas das suas pretensões.

Contamos com o apoio de todos os Lafonenses para levar a bom porto este projecto, na certeza que ele trará mais valias para esta região.

*Gonçalo Alves*

*António Almeida*

**Verde Lafões – Associação de Produtos Florestais**



Forestis

# NOTÍCIAS DO DOURO



ON | Douro  
Programa Operacional da Região do Norte

## AGRIARBOL

### O CASTANHEIRO E A CASTANHA

Forestis

Nos meses de Outubro e Novembro a AGRIARBOL desenvolveu várias actividades relacionadas com o castanheiro. A produção de castanha e de madeira de castanheiro é bastante significativa na chamada “zona de serra” dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé, considerando-se mesmo, como a mais rentável para os agricultores de algumas freguesias.

#### ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Nos passados dias 21 e 23 de Outubro de 2002, a AGRIARBOL organizou duas acções de divulgação denominadas “A saúde do Souto” – Nutrição do castanheiro e a resistência às doenças, integradas no Projecto Agro n.º 151; Medida 8; Acção 8.1 – DE & D. Estas acções têm como objectivo divulgar entre os produtores da castanha os resultados obtidos nos últimos 10 anos e os resultados a alcançar ao longo deste projecto; propor práticas culturais exequíveis com vista à limitação das doenças, social e ambientalmente aceitáveis na gestão dos soutos; identificar as práticas culturais e as condições edafo-climáticas mais propícias à incidência de doenças.

Estas acções foram realizadas em Sambade, freguesia de Alfândega da Fé, e em Macedo de Cavaleiros. Estas acções, de cariz teórico, foram complementadas com uma outra acção de divulgação mas de cariz prático e conduzida pelo Eng.º Rui Pinto da UTAD, realizada na Serra da Padrela, em Carrazedo de Montenegro.

Feito o balanço destas acções, parece-nos que o resultado foi positivo e de grande utilidade, uma vez que os produtores ficaram satisfeitos e prometeram aplicar os conhecimentos adquiridos.

#### COLÓQUIO

Decorreu em Novembro no dia 8 o colóquio “O Castanheiro e a Castanha”, em Macedo de Cavaleiros, integrado na I Feira da Castanha deste concelho. A organização esteve a cargo da AGRIARBOL e da Câmara Municipal de Macedo

de Cavaleiros (Projecto GUESTA). Com este colóquio pretendeu-se sensibilizar os produtores da importância económica do castanheiro e da castanha, bem como travar a progressão das doenças dos castanheiros (cancro e tinta) fazendo sentir que a prevenção ainda é a melhor forma de luta contra estas doenças.

Participaram como oradores neste colóquio o Eng.º Pedro Mendonça, empresário e produtor, a Professora Ester Portela (UTAD) e o professor Afonso Martins (UTAD).

No seguimento deste colóquio, no dia 9 de Novembro, levamos alguns produtores aos campos de ensaio do Projecto Agro n.º 19 – Projecto MANCHEST. Esta visita foi coordenada pelo Professor Afonso Martins da UTAD.



#### EMISSÃO RADIOFÓNICA

No final do mês de Novembro nos estúdios da rádio “Onda Livre” de Macedo de Cavaleiros, foi gravado um programa com o tema “Nutrição do castanheiro e a resistência às doenças”. Este programa foi coordenado pela AGRIARBOL e integrado no projecto On-Douro “Promoção e Valorização do Espaço Florestal do Douro”. Para esta emissão contamos com a intervenção do Eng.º Rui Pinto da UTAD que veio numa forma clara e perceptível para os produtores, divulgar alguns dos resultados e conclusões relativos ao Projecto

Agro n.º 151; Medida 8; Acção 8.1 – DE & D. Este programa foi emitido às 12H00 do dia 7 de Dezembro na Radio “Onda Livre” e teve a duração de uma hora.

### **COGUMELOS SILVESTRES**

A apanha e comercialização de cogumelos começa a ter algum significado na economia de algumas freguesias dos concelhos da Terra Quente. O problema que se põe, é que os agricultores, e outros interessados, não têm formação adequada para esta actividade. Foi a pensar neste facto que a AGRIARBOL e a FORESTIS promoveram o curso de formação “Recolha e Comercialização de Cogumelos”, em Sambade, freguesia de Alfândega da Fé, onde a recolha de cogu-

melos é já uma actividade económica com algum peso. A acção de formação foi organizada com o objectivo de dotar os agricultores da capacidade de identificar as espécies mais comuns da região; de demonstrar os cuidados a ter em conta na colheita e manuseamento dos cogumelos; tomar conhecimento do código de conduta do colectador de cogumelos; na conservação e das perspectivas futuras no mercado dos cogumelos silvestres. Nesta acção de formação estiveram os formadores: Andreia Rodrigues (FORESTIS), Guilhermina Marques (UTAD), Tânia Onofre, Mariana Fernandes, Teresa Meireles e Carlos Ribeiro (UTAD).

*Paulo Silva – Agriarbol*

## **RIBAFLOR**

### **A RIBAFLOR PARTICIPA NA “FESTA DA CASTANHA” EM SERNANCELHE**

Realizou-se nos passados dias 19 e 20 de Outubro em Sernancelhe a Festa da Castanha. Esta iniciativa foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Sernancelhe em colaboração com a Ribafior – Associação Florestal das Terras de Ribadouro, com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, Juntas de Freguesia do concelho e da Frusantos (Empresa local). Este evento teve como principal objectivo a promoção da castanha com Denominação de Origem Protegida “Soutos da Lapa”.

A Ribafior fez-se representar através de um Stand, onde aproveitou para divulgar a Associação e esclarecer todos aqueles que ali passaram para conhecer a nossa Associação.

### **ACÇÃO DE DIVULGAÇÃO “A SAÚDE DO SOUTO”**

Ainda integrado na Festa da Castanha de Sernancelhe a Ribafior organizou a Acção de Divulgação “A Saúde do Souto” – Nutrição do Castanheiro e a Resistência às Doenças. Esta Acção foi realizada ao abrigo do Programa AGRO Medida 8; Acção 8.1 - DE&D – Projecto nº151 – Projecto este onde estão envolvidas a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Forestis – Associação Florestal de Portugal, a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM) e a Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB).

Esta Acção de Divulgação foi composta por uma sessão teórica e uma prática.



A sessão teórica foi realizada no dia 19 de Outubro, pelas 15.30 horas no Auditório Municipal de Sernancelhe, sendo inaugurada pelo Sr. José Carvalho, Vice-Presidente da Câmara de Sernancelhe, seguida de uma breve apresentação da Ribaflores pela Técnica desta Associação, passando a palavra ao Sr. Eng.º Rui Pinto da UTAD, Formador desta sessão.

Esta sessão teve como objectivo a divulgação de práticas culturais nos soutos que permitam a prevenção e resistência dos castanheiros às várias doenças que os podem atacar. Após a exposição do Eng.º Rui Pinto, seguiu-se um debate, em que os 47 formandos participaram de um modo “vivo”, colocando questões e expondo a sua valiosa experiência prática sobre o assunto em exposição.

Na tarde do dia 26 de Outubro decorreu na Serra da Padrela a sessão prática. Os 31 proprietários presentes puderam visitar vários soutos onde estão ser realizados estudos no âmbito deste Projecto. Esta sessão teve como formador o Eng.º Rui Pinto, que explicou, em cada soto, os efeitos do elemento mineral cálcio e dos sais cúpricos na prevenção e tratamento do cancro do castanheiro, assim como, quais as práticas culturais e os factores ambientais propícios ao aparecimento desta doença.

Durante a manhã, os proprietários tiveram oportunidade de visitar dois soutos no concelho de Murça, sendo esta visita acompanhada pelo Sr. Eng. João Teixeira da Associação Florestal do Vale do Douro Norte.

Esta Acção de Divulgação teve o imprescindível apoio da Câmara Municipal de Sernancelhe, quer na cedência do Auditório Municipal para a sessão teórica, quer na disponibilização de um autocarro para a sessão prática.

### **CURSO DE FORMAÇÃO “O SOUTO, O CASTANHO E A CASTANHA”**

A Ribaflores e a Forestis promoveram na Sarzeda, freguesia do concelho de Sernancelhe, durante os meses de Outubro (dias 28 a 31) e Novembro (dias 4 a 7 e 19 a 21), o curso de formação “O Souto, O Castanho e a Castanha”.

Dada a importância da cultura do castanheiro neste concelho, os problemas que têm sofrido com as diversas doenças do castanheiro, a consequente preocupação dos proprietários, assim como, a falta de informação que sentem, foram factores que justificaram esta Acção de Forma-

ção. Teve como intuito dotar os formandos de conhecimentos diversos como as práticas culturais mais adequadas a utilizar na condução dos castanheiros, a identificação das principais doenças do castanheiro e as formas de combate das mesmas.

Durante o curso foram tratados vários temas, tais como, as práticas culturais, a fertilidade e a saúde do solo, o fomento florestal, a silvicultura do castanheiro, a importância do soto para a fauna e a protecção florestal.

Além da parte teórica, estes temas foram sempre acompanhados de uma componente prática, onde se realizaram várias visitas de estudo. Os formadores que participaram nesta acção foram: Dr.ª Andreia Rodrigues (Forestis), Prof. Afonso Martins (UTAD), Eng.º Carlos Ramos (Viveiros Ribadouro), Eng.º Carlos Silva (CENASEF), Eng.ª Catarina Quintela (Ribaflores), Prof. Ester Portela (UTAD), Eng.ª Guilhermina Marques (UTAD), Eng.º José Abílio Silva (DRATM), Eng.º Luís Soeiro de Carvalho (DRATM) e Eng.ª Marta Carvalheira (ESAB).

Foi com apreço que a Ribaflores verificou a forte adesão por parte dos proprietários florestais deste concelho a esta acção de formação, bem como, o seu interesse e activa participação demonstrado ao longo do curso.

Esta Acção teve o apoio da Câmara Municipal de Sernancelhe, da Junta de Freguesia da Sarzeda e Escola B1 da Sarzeda.



**Figura 3 – Visita de estudo – práticas culturais – Serra da Padrela**  
Formandos com a Prof. Ester Portela e Eng.º Rui Pinto

### **JORNADA TÉCNICA “A FLORESTA DAS TERRAS DE RIBADOURO”**

No passado dia 7 de Dezembro, pelas 15 horas, decorreu no Auditório do Centro de Promoção Social de Tabuaço, a primeira Jornada Técnica da

Ribaflor, intitulada "A Floresta das Terras de Ribadouro". Esta Jornada foi realizada ao abrigo do Programa Operacional da Região Norte (ON Douro) /FEDER com coordenação da CCRN e com o indispensável apoio da Câmara Municipal de Tabuaço e teve como principal objectivo a apresentação oficial da Ribaflor – Associação Florestal das Terras de Ribadouro aos proprietários florestais da sua área social (Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca).

Estiveram presentes além de proprietários florestais, representantes das Autarquias, Juntas de Freguesia e outras entidades ligadas ao sector florestal, perfazendo no total, mais de uma centena de participantes.



Na Mesa de Honra da sessão de abertura estiveram presentes o Sr. Dr. José Pinto dos Santos, Presidente da Câmara de Tabuaço, Sr. Eng. Moreira da Silva, presidente Honorário da Forestis, Dr. Adérito Lopes, Presidente da Assembleia Geral da Ribaflor e Sr. Eng. Victor Rego, em representação do Sr. Director Regional de Agricultura de Trás-os-Montes.

Os trabalhos prosseguiram com a Mesa Redonda, moderada pelo Sr. Eng. Fernando Mota que fez alusão ao importante papel da Forestis e das Associações Locais numa altura em que o Estado se demite das suas responsabilidades em relação à floresta. O primeiro orador a fazer a sua exposição foi o Sr. Eng. Moreira da Silva com o tema "Porquê a floresta. Porquê o Associativismo florestal", onde expôs as principais dificuldades do sector florestal, salientado, a actual dispersão de responsabilidades pelos vários Ministérios, e a consequente urgência da concentração destas num único Organismo. Seguiu-se comunicação da Sr.ª Eng.ª Rosário Alves (Forestis), com o tema "O papel de uma Associação Florestal, no âmbito actual quadro de apoios à floresta", dissertando sobre a importância das Associações Locais para os proprietários florestais, sobre o papel desempenhado por estas, assim como, sobre as funções exercidas pela Forestis. Procedeu-se, então, à apresentação do vídeo "A vida institucional da Forestis".

A última comunicação foi da responsabilidade da Técnica da Ribaflor, que fez uma breve apresentação da Ribaflor e dos seus principais objectivos. Após as comunicações seguiu-se um debate dinâmico e participado entre todos os intervenientes deste evento.

Na sessão de encerramento estiveram presentes, o Sr. Dr. José Pinto dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Tabuaço, o Sr. Eng.ª Victor Rego, em apresentação do Sr. Director Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, e o Sr. Leontino Relva, Presidente da direcção da Ribaflor.

*Catarina Quintela*  
**(Técnica da Ribaflor)**



## ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS

ORGANIZAÇÕES	SEDE	EQUIPA TÉC.
<b>Associação Florestal do Vale do Sousa</b>	R. do Paço, 41 (Casa do Povo) • 4560-485 <b>Penafiel</b> Tel.: 255 213 420 • Fax: 255 783 601 • Telem.: 96 906 73 61	Eng. Amália Neto e Eng. Ana Barreira
<b>CELFOR – Ass. Prod. Florestais</b>	Av. Bombeiros Voluntários, nº 20 • 6360-344 <b>Celorico da Beira</b> Tel.: 271 747 450/1 • Fax: 271 747 459 • Telem.: 96 250 20 36	Eng. Marisa Martins e Eng. Paulo Mimoso
<b>Associação Florestal do Lima</b>	Urbanização do Sobral, Lote 2 – Fracção V • 4990-144 <b>Ponte de Lima</b> Tel. / Fax: 25 894 41 03 • Telem.: 917 625 099	Eng. Adelina Moreira
<b>Associação Florestal de Basto</b>	Av. Capitão Elísio de Azevedo, Lt. 14, 2º D <b>Cabecelas de Basto</b> 4860 <b>Arco de Baúlhe</b> Tel.: 253 665 309 • Fax: 253 665 766 • Telem.: 96 804 41 63	Eng. Teresa Meireles Eng. David Magalhães Eng. Carla Pinto Eng. Paula Andrade
<b>Associação Florestal do Cávado</b>	Campo das Carvalheiras nº 1 • 4700-419 <b>Braga</b> Tel. / Fax: 253 218 713 • Telem.: 91 976 47 45	Eng. André Rebelo
<b>Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho</b>	Av. Estação – Ed. Chave Ouro – 2º Dto. Trás • 4950-456 <b>Monção</b> Tel. / Fax: 251 654 096 • Telem.: 96 377 95 45	Eng. Margarida Barbosa e Eng. Elisabete Araújo
<b>Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega</b>	Av. Futebol Clube do Porto nº 875 • 4630-203 <b>Marco de Canavezes</b> Tel. / Fax: 255 523 556 • Telem.: 96 235 42 85	Eng. António Neto e Eng. Ricardo Marinho
<b>Associação Florestal do Vale do Douro Norte</b>	Casa Florestal do Mascanho – Carvas • 5090 <b>Murça</b> Tel.: 259 518 430 • Fax: 259 518 431 • Telem.: 93 955 40 42	Eng. João Teixeira Eng. Elvira Azevedo Eng. Vanda Durão e Eng. Paula Silva
<b>PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto</b>	Rua 5 de Outubro, nº 68 (Ed. Bombeiros) • 4420-086 <b>Gondomar</b> Tel. / Fax: 22 463 18 66 • Telem.: 93 563 18 66/7	Eng. Teresa Neves e Eng. Helena Barbosa
<b>ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana</b>	Ed. Casa do Povo – Largo do Toural • 5320-311 <b>Vinhais</b> Tel. / Fax: 273 770 070 • Telem.: 96 240 40 07	Eng. António Borges e Eng. Paulo Machado
<b>Associação Florestal de Entre-Douro e Vouga</b>	P. Brandão de Vasconcelos, 10 (Antigo edifício escolar) • 4540-110 <b>Arouca</b> Tels.: 256 949 041-256 948 293 • Fax: 256 948 294 • Telem.: 96 267 51 63	Eng. Pedro Quaresma Eng. Ricardo Sousa
<b>Associação dos Silvicultores do Vale do Ave</b>	Adega Cooperativa de Guimarães • Apartado 153 • 4801-910 <b>Guimarães</b> Tel.: 253 570 055 • Fax: 253 570 057	-
<b>AGRIARBOL – Associação Produtora Agro-Florestal da Terra Quente</b>	Av. D. Nuno Álvares Pereira, nº 3, 2º • 5340-202 <b>Macedo de Cavaleiros</b> Tel.: 278 421 698 • Fax: 278 421 775 • Telem.: 93 620 06 20	Eng. Paulo Silva
<b>URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela</b>	Ed. Estação Camionagem, r/ch – R. Cidade da Guarda • 6290 <b>Gouveia</b> Tel.: 238 498 160 • Fax: 238 498 159 • Telem.: 96 453 34 51	Eng. Rui Xavier e Eng. Sandra Pereira
<b>Associação Florestal do Baixo Vouga</b>	Centro Coordenador Transportes, Loja 7 • 3850-022 <b>Albergaria-a-Velha</b> Tel./Fax: 234 524 056 • Telem.: 917 133 536	Eng. Luís Sarabando
<b>ARAVIS – Associação Regional de Agricultores de Viseu</b>	R. do Arco, nº 38 – 2º Esq.ª • 3500 <b>Viseu</b> Tel.: 232 422 568 • Fax: 232 431 934	Eng. Fátima Reis
<b>CAPOLIB – Cooperativa Agrícola Boticas – Secção Florestal do Alto Tâmega e Barroso</b>	Av. do Eiró • 5460 <b>Botlicas</b> Tel.: 276 415 787 • Fax: 276 415 734 • Telem.: 93 276 41 83	Eng. Ricardo Saldanha
<b>Cooperativa Silvo-Agro Pecuária de Vila Nova de Celra</b>	3300 <b>Vila Nova de Celra</b> Tel.: 235 770 170 • Fax: 235 770 176 • Telem.: 91 733 63 34	Eng. Helena Rodrigues
<b>RIBAFLO – Associação Florestal Terras de Riba Douro</b>	Bloco da Feira, s/n • 5100 <b>Lamego</b> Tels.: 254 619 440/1 • Fax: 254 619 441 • Telem.: 91 916 18 28	Eng. Catarina Quintela e Eng. Paulo Gonçalves
<b>AFACC – Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves</b>	Rua Alferes João Baptista, Ed. Nova Era, Bl. 5, Lj. 6 • 5400 <b>Chaves</b> Tel. / Fax: 276 326 702 • Fax: 276 327 274 • Telem.: 93 824 31 92	Eng. José Barros
<b>ACRISABUGAL – Associação Criad. Rumín. e Prod. Florstals do Concelho de Sabugal</b>	Largo do Cemitério • 6320 <b>Sabugal</b> Tel.: 271 752 753 • Fax: 271 753 398	-
<b>Associação Florestal Concelho de Gols</b>	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, 316 • 3330 <b>Gols</b> Tel.: 235 778 828	Eng. Rui Giestas e Eng. Ângela Fraga
<b>APFLOR – Associação de Produtores e Proprietários Florestais de Pedrogão Grande</b>	Largo da Devesa • 3270 <b>Pedrogão Grande</b> Tel.: 236 488 837 • Fax: 236 488 838 • Telem.: 91 662 21 42	Eng. Sónia Lopes e Eng. Margarida Gonçalves
<b>ASFLOBAR – Associação de Produtores Florestais do Barroso</b>	Rua General Humberto Delgado • 5470 <b>Montalegre</b> Tel. / Fax: 276 511 501	Eng. Maria Amélia Machado
<b>AFLOSUL – Associação Florestal do Sudoeste Algarvio</b>	(Prov.) Rua Adelina da Glória Burguer, 9 • 8600-672 <b>Lagos</b> Tel.: 282 760 831 • Fax: 282 457 564	Eng. Sobral Almeida
<b>APFAM – Associação de Produtores Florestais de Alvelos e Murodal</b>	Praça do Município – Apt. 29 • 6164-909 <b>Oleiros</b> Tel.: 272 682 380 • Fax: 272 682 380	Eng. Rodolfo Alves
<b>VerdeLafões – Associação de Produtores Florestais</b>	Centro Coordenador de Transportes • 3760-000 <b>Vouzela</b> Tel.: 232 772 021 • Fax: 232 772 460	Eng. Gonçalo Alves e António José Oliveira